

15616 - A rede camponesa promotora da soberania alimentar e suas lógicas de resistência perante a cadeia alimentícia industrial

The peasant web that promotes food sovereignty and its resistance logics against the industrial food chain

FACCO, Vinicius Antonio Banzato¹;

1 Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Paraná, v.facco@hotmail.com

Resumo: O presente texto busca trazer à tona uma discussão sobre duas matrizes distintas dos sistemas agroalimentares, a fim de apresentar seus contrastes no que diz respeito à comercialização de víveres. Inicialmente, há uma breve contextualização, com apresentação dos dois modelos: a rede camponesa produtora de alimentos e a cadeia alimentar industrial. Em seguida, é feita uma comparação entre estas lógicas, tanto no âmbito teórico como no empírico. Para realizar a análise prática da rede camponesa, foi realizada uma pesquisa de campo no acampamento José Lutzenberger, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), situado no município de Antonina, no litoral do estado do Paraná. Neste local, que possui práticas agroecológicas, foram coletadas informações por meio de observação participante. Com este breve estudo, espera-se fomentar um debate sobre a complexidade da questão alimentar, bem como defender a agroecologia e os circuitos curtos de comercialização.

Palavras-chave: Agricultura camponesa; Agroecologia; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Abstract: The present text seeks to bring up a discussion of two distinct arrays on agrifood systems, in order to present its contrasts about the food commercialization. Initially, there is a brief background, with presentation of two models: the peasant food web and the industrial food chain. Then, a comparison is made between these logics, both in the theoretical and the empirical framework. To perform practical analysis of the peasant web, a field survey was made to settlement José Lutzenberger, organized by the Landless Workers Movement (MST), located in the municipality of Antonina, on the coast of Paraná state (which has agroecological systems). Location informations were collected through participant observation. With this brief study, we hope to foster a debate on the complexity of the food issue and defend agroecology and short sales channels.

Keywords: Peasant agriculture; Agroecology; Landless Workers Movement.

Introdução

Na conjuntura atual, constata-se uma diferenciação entre os sistemas agroalimentares – que concernem à produção, comercialização e consumo dos alimentos. De um lado, há a cadeia alimentar industrial e, de outro, a rede camponesa produtora de alimentos (ETC GROUP, 2009). Esta divisão não é única e clara, pois a realidade apresenta-se intrinsecamente complexa, de modo que matizes variados são perceptíveis e os mais distintos atores sociais podem transitar por estes modelos teóricos. Todavia, destaca-se a importância desta teorização, para melhor compreender sua espacialização.

Diante destas afirmações, este trabalho pretende apresentar os fundamentos dos dois modelos, em específico sobre as relações e práticas de comercialização, com a

finalidade de verificar os limites e possibilidades de ambos – em uma perspectiva social e ambiental – tratando de destacar os princípios da soberania alimentar.

A cadeia alimentar industrial, que é denominada por Ploeg (2008) de impérios alimentares (ou ainda de agronegócio e grandes varejistas), é caracterizada por impor uma forma peculiar de estruturação da produção, processamento e comercialização de alimentos em escala mundial, baseada na acumulação de capital e na hegemonia econômica sobre o setor agroalimentar. Nesta lógica, um pequeno grupo de empresas transnacionais toma o controle do setor agroalimentar, de forma a submeter agricultores e consumidores a sua lógica.

Por outro lado, observa-se a rede camponesa de produção de alimentos (ETC GROUP, 2009), que possui uma forma amplamente complexa e descentralizada de tratar a produção e distribuição alimentar. Os camponeses, para Ploeg (2008), representam a maior quantidade da população agrícola em todo o planeta – e o ETC Group (2009) chega a afirmar que quase metade da população mundial é formada por eles. Disso resulta seu caráter indispensável para a agricultura mundial, sobretudo assumindo centralidade no papel de fornecedores de alimentos a todo o mundo. Ademais, os camponeses são menos dependentes do mercado; a autossuficiência é uma peculiaridade destes sujeitos.

Em termos ecológicos, ressalta-se que a agricultura dos impérios agroalimentares apresenta-se insustentável, pois é dependente do pacote de insumos químicos para manter sua produtividade – desde as sementes transgênicas até os agrotóxicos e fertilizantes sintéticos. Fato que acarreta em elevada degradação ambiental. Já a agricultura camponesa está intimamente ligada com os ciclos dos ecossistemas, pensando em uma coevolução entre sociedade e natureza. Trata-se de uma prática agroecológica.

Com base nestas constatações iniciais, parte-se para um diálogo com maior profundidade sobre as formas de circulação dos alimentos dos dois modelos citados. Para analisar as formas de comercialização da rede camponesa, foi escolhido o acampamento José Lutzenberger, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como foco de estudo. Enquanto isso, para avaliar este aspecto da cadeia industrial, foram utilizados os trabalhos de Vivas (2007), Cabeza (2010) e Ziegler (2012).

Metodologia

O local de estudo escolhido para obter informações acerca da matriz camponesa de produção de alimentos foi o acampamento José Lutzenberger, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, localizado no município de Antonina, no litoral paranaense. O acampamento está a aproximadamente 35 quilômetros da sede municipal, e situa-se em uma unidade de conservação: a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba. Este local de resistência se estabeleceu (ou seja, foi ocupado) em março de 2004 e sua produção é totalmente agroecológica, a partir do policultivo, plantio em consórcio e dos sistemas agroflorestais.

A comunidade do José Lutzenberger possui organização produtiva coletivizada, em duas localidades: uma agrofloresta com cerca de 4 hectares; e a horta principal, com aproximadamente 6 hectares. As informações sobre as relações de comercialização do acampamento foram obtidas por meio dos procedimentos de observação participante e análise documental.

Resultados e discussões

Com a realização da pesquisa de campo e análise documental dos autores citados, é possível elencar as diferenciações das formas de comercialização da agricultura camponesa e a dos impérios agroalimentares. No acampamento José Lutzenberger, os produtos cultivados são utilizados, em primeiro lugar, para autoconsumo. Além disso, também são comercializados com vizinhos da comunidade, em uma feira municipal que ocorre às quartas-feiras e aos sábados e, principalmente, em mercados institucionais por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – este último nas esferas municipal e estadual. Todos os produtos têm essa matriz agroecológica (ver Figura 1)



Figura 1: Agrofloresta no acampamento José Lutzenberger. Fotografia: Eddie Gabriel Teixeira (2013).

De acordo com os acampados, cada uma destas formas de comercialização tem sua relevância. A troca de produtos com os vizinhos e as vendas por meio da feira, para eles, cumprem uma importante tarefa social, pois assim aproxima os produtores de alimentos dos consumidores – o que caracteriza uma relação social e diálogo fundamentais para ambos, garantindo a reprodução social dos camponeses. Já os mercados institucionais assumem centralidade, seja no aspecto da geração de renda ou na dimensão social.

Nas entregas realizadas em escolas para atender ao PNAE estadual (neste programa, são atendidas 17 escolas dos municípios de Matinhos, Morretes e Antonina), foi relatado que em diversas ocasiões houve demanda de produtos por parte dos professores. Estes se interessaram pelos alimentos ao saberem que são cultivados sem agrotóxicos, além de que estão em contato direto com os próprios acampados para adquirirem os víveres. Novamente, percebe-se o predomínio de relações sociais de cunho local, que escapam às lógicas do modo de ordenamento agroalimentar do capital.

Ou seja, a rede camponesa produtora de alimentos (representada neste estudo pelo acampamento José Lutzenberger), está muito bem delimitada a partir de sua escala de atuação local-regional. Isso caracteriza um modelo de “reprodução de *circuitos curtos e descentralizados* que ligam a produção e o consumo de alimentos e, de forma mais geral, a agricultura e a sociedade regional” (PLOEG, 2008, p. 20). A noção de soberania alimentar se faz presente para este sistema, pois se relaciona com o direito elementar à alimentação, mas pensa-se também a proveniência dos alimentos e por quem estes são cultivados. A autonomia dos camponeses e a diversidade cultural podem ser enfatizadas neste sentido.

Enquanto isso, há também as formas de comercialização da cadeia alimentar industrial. Cabe destacar que “o controle crescente que essas sociedades exercem sobre vários setores da produção e do comércio alimentares tem, obviamente, repercussões consideráveis no exercício do direito à alimentação” (ZIEGLER, 2012, p. 117). A estruturação destes impérios agroalimentares é bem conectada, de modo que a produção agrícola precisa atender precisamente às demandas do setor de transformação e processamento. Este, por sua vez, cumpre às regras das grandes empresas varejistas, sobretudo no que tange à padronização dos produtos.

Os grandes supermercados se fazem cada vez mais hegemônicos e limitantes nas formas de acesso aos alimentos (VIVAS, 2007; ZIEGLER, 2012). Na Espanha, por exemplo, “cinco grandes cadenas controlan la distribución de más de la mitad de los alimentos que se compran en el Estado español sumando um total del 55% de la cuota de mercado [...]” (VIVAS, 2007, p. 56). Cabeza (2010) é ainda mais enfático ao afirmar que, no ramo de distribuição alimentar, as dez maiores companhias detêm o controle de 26% do mercado mundial, com destaque para o Wal-Mart, a maior empresa do mundo.

Enfim, conforme o ETC Group (2009), neste sistema alimentar industrial predomina também grande desperdício de alimentos, por causa de questões especificamente logísticas, tais como as longas distâncias a percorrer, a temporalidade e o

armazenamento dos produtos. Claramente, esta lógica inserida na compressão tempo-espço (MASSEY, 2000) se apresenta como a geradora de contundentes impactos ambientais, pois despreza as dinâmicas dos ecossistemas em nome do aumento da produtividade. Portanto, a desconexão e desterritorialização são características inerentes à cadeia alimentar industrial, pois descontextualizam a atividade agrícola das especificidades do espaço.

Conclusões

A partir do exposto, podem ser tecidos alguns comentários e reafirmações acerca das diferenciações entre a rede camponesa e a cadeia industrial. Reitera-se que este trabalho não quer encerrar o debate amplo e vasto que a temática incita. Apenas tem o fundamento de apresentar as contradições e a ausência de diálogo entre as duas matrizes apresentadas. Além disso, há o intuito claro de evidenciar a prática agroecológica como a portadora do potencial alternativo de renovação e resistência perante as regras do capital.

Portanto, destaca-se a importância da rede camponesa produtora de alimentos, que ao resistir e reexistir contra lógicas antagônicas, prima pela produção de alimentos de qualidade, à escala comunitária e local, cumprindo com os princípios de soberania alimentar. O exemplo do acampamento José Lutzenberger atendendo aos mercados institucionais, fornecendo alimentos saudáveis aos alunos das escolas é emblemático desta grande valoração que a prática camponesa assume atualmente.

É possível, então, assumir a defesa da agroecologia e da soberania alimentar, esta última entendida como “o acesso dos agricultores à terra, às sementes e à água, enfocando a autonomia local, os mercados locais, os ciclos locais de consumo e de produção local, a soberania energética e tecnológica e as redes de agricultor a agricultor” (ALTIERI, 2010, p. 24). É desta forma que se torna tangível pensar em alternativas para a estruturação da sociedade contemporânea.

Referências bibliográficas:

- ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 13, nº 16, janeiro-junho 2010. p. 22 – 32.
- CABEZA, M. D. El sistema agroalimentario globalizado: imperios alimentarios y degradación social y ecológica. **Revista de Economía Crítica**, No. 10. p. 32 – 61. 2010.
- ETC GROUP **¿Quién nos alimentará?** Preguntas sobre las crisis alimentaria y climática. Novembro de 2009.
- MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP. Papirus, 2000.
- PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008
- VIVAS, E. La distribución moderna: la invasión de los supermercados. **Viento sur**, nº 94, novembro de 2007. p. 56 – 64.
- ZIEGLER, J. **Destruição massiva: geopolítica da fome**. Tradução de José Paulo Netto. Cortez Editora, São Paulo, 2012.